



**FERROUS RESOURCES DO BRASIL S.A.**

**TERMO DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DO  
ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA E RELATÓRIO DE  
IMPACTO AMBIENTAL – RIMA PARA A EXTENSÃO DA LINHA DE  
TRANSMISSÃO CAMPOS-VITÓRIA, A SER INSTALADA NOS MUNICÍPIOS DE  
MIMOSO DO SUL E PRESIDENTE KENNEDY, E SUBESTAÇÃO DE REDE  
BÁSICA A SER INSTALADA NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY.**

**Região de Mimoso do Sul e Presidente Kennedy – ES**

**Abril/2010**

## **1. APRESENTAÇÃO**

O Termo de Referência - TR sugerido no presente documento contempla os aspectos que envolvem a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental – EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, na construção da extensão da Linha de Transmissão Campos-Vitória, nos municípios de Mimoso do Sul e Presidente Kennedy, e de uma Subestação de Rede Básica a ser instalada no Município de Presidente Kennedy. A linha de transmissão a ser construída tem configuração em *loop* com extensão de, aproximadamente, 35 km.

A concepção deste TR está embasada em documentos e informações técnicas disponibilizadas pelo empreendedor, em visitas técnicas realizadas na área do empreendimento, levantamentos de dados bibliográficos e consulta às legislações ambientais pertinentes, bem como, no modelo de TR disponibilizado pelo IEMA – Instituto Estadual de Meio Ambiente.

## **2. INTRODUÇÃO**

Este Termo de Referência tem por objetivo orientar a elaboração de EIA/RIMA para as instalações, da extensão de Linha de Transmissão e subestação projetadas, respectivamente, para os municípios de Mimoso do Sul e Presidente Kennedy e Presidente Kennedy.

O EIA/RIMA tem como finalidade avaliar os impactos ambientais gerados pela implantação de empreendimentos e deverá propor medidas mitigadoras, compensatórias, potencializadoras e de controle ambiental, garantindo assim, o uso sustentável dos recursos.

O EIA/RIMA será elaborado de forma a permitir a adequada avaliação da extensão e intensidade dos impactos ambientais a serem ocasionados durante a execução das obras de implantação e das atividades de operação da LT.

A estrutura e apresentação dos documentos intitulados “Estudo de Impacto Ambiental” e “Relatório de Ambiental”, EIA/RIMA, seguem o escopo proposto nos itens seguintes

### **3. ESTUDOS DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA**

#### **3.1. Identificação do Empreendedor**

- Nome ou razão social;
- Número dos registros legais;
- Endereço completo;
- Telefone e fax;
- Tipo de Atividade e Porte do Empreendimento;
- Representantes legais (nome, CPF, endereço, fone, fax e e-mail);
- Pessoa de contato (nome, CPF, endereço, fone, fax e e-mail).

#### **3.2. ESTUDO AMBIENTAL**

É um documento de natureza administrativa e tem como finalidade avaliar os impactos ambientais gerados pela implantação de empreendimentos que possam causar degradação ambiental. Deverá propor medidas mitigadoras, compensatórias, potencializadoras e de controle ambiental, garantindo assim, o uso sustentável dos recursos naturais. Este estudo se desenvolverá considerando as seguintes abordagens:

##### **3.2.1. APRESENTAÇÃO**

Nesse item deverão ser fornecidos dados e informações sobre o empreendimento, tais como: histórico, porte, objetivo e diretrizes setoriais.

##### **3.2.2. Justificativa**

Síntese dos objetivos do empreendimento, sua justificativa e a análise de custo-benefício. Deverão ser apresentadas as justificativas da implantação do empreendimento em termos de sua importância no contexto econômico-social, em seus vários níveis político-administrativos, localização geográfica e as etapas para sua implantação.

##### **3.2.3. Metodologia**

Deverão ser explicitados os procedimentos metodológicos empregados para execução do Estudo Ambiental, adotando metodologia que favoreça uma abordagem integrada do meio ambiente valorizando as interações dos meios físico, biótico e sócio-econômico.

### **3.2.4. Caracterização do Empreendimento**

Informações básicas sobre o empreendimento, contendo:

- Traçado da linha;
- Capacidade;
- Altura das torres;
- Dimensões das bases;
- Altura da faixa necessária para acessos e passagens dos cabos;
- Tipo de escavação para as fundações;
- Critérios para abertura de estradas de acessos;
- Características da(s) área(s) destinada(s) a canteiro/frente de obra, incluindo *lay out* e definição de suas unidades;
- Informações sobre necessidade de formação de áreas de bota-fora;
- Procedimentos detalhados para lançamentos de cabos da linha de transmissão considerando os diferentes ambientes ao longo do traçado;
- Descrição sucinta das fases do projeto de engenharia e infra-estrutura necessária à implantação do empreendimento, incluindo áreas de canteiro de obras, áreas de bota-fora e empréstimo;
- Indicação de cruzamento – quando houver - com outras linhas de transmissão e/ou outros empreendimentos que mantenham faixa de servidão, bem como o distanciamento das mesmas apresentando, nesses casos, a manifestação dos respectivos gestores destes empreendimentos.
- Caracterização da faixa de servidão (largura e faixa total);

### **3.2.5. Alternativas Locacionais**

Informar sobre as alternativas locacionais – alternativas de traçado - estudadas para a implantação da linha de transmissão e da subestação (com mapa, em escala adequada) avaliando os aspectos técnicos, econômicos e ambientais envolvidos, contemplando as vantagens e desvantagens de cada uma. Na medida do possível, quantificar os custos e benefícios de cada alternativa, considerando, inclusive, a opção de não realização do empreendimento, avaliando-se as condições ambientais sem esse.

O traçado preferencial de passagem poderá, eventualmente, constituir-se de uma combinação dos trechos ambientalmente menos sensíveis de dois ou mais traçados alternativos. Esta faixa territorial deverá apresentar condições técnicas e ambientais favoráveis à implantação do empreendimento.

### **3.2.6. Justificativas da Alternativa Preferencial**

Apresentar justificativa da escolha da alternativa para implantação da linha de transmissão e para a subestação, procedendo à apreciação sucinta de comparação das alternativas analisadas e indicando qual, dentre elas, constitui a opção mais adequada às prioridades socioeconômicas e ambientais.

### **3.2.7. Definição da Faixa de Estudo**

Deverão ser determinadas as bases cartográficas a partir de dados iniciais colhidos, tanto da rota preliminar prevista para implantação da Linha de Transmissão, quanto da Subestação devendo ser propostas as delimitações das áreas geográficas a serem direta e indiretamente afetadas pelos impactos, quais sejam:

- Área de influência direta – Área sujeita aos impactos diretos da implantação e operação do empreendimento, levando-se em conta as características sociais, econômicas, físicas e biológicas, utilizando escala que melhor represente a área, levando-se em consideração, também, as restrições técnicas e econômicas.
- Área de influência indireta – É aquela real ou potencialmente atingida pelos impactos indiretos de implantação e operação do empreendimento, abrangendo os ecossistemas e o sistema sócio-econômico. A sua representação deverá ser apresentada na escala de 1:100.000, podendo chegar a 1:50.000 ou maiores para as áreas ambientalmente mais vulneráveis (pontos notáveis).

Tal definição deverá ser orientada tanto pela tipologia dos impactos potenciais ocasionados por um sistema de transmissão, quanto pelas características gerais dos aspectos físicos, bióticos e sócio-econômico da área considerada.

A faixa de servidão de servidão deverá ser proposta pela empresa responsável pelo projeto e de acordo com critérios da engenharia.

A área de entorno (AE) do empreendimento proposta é de 300 metros a partir do eixo central das linhas de transmissão, totalizando 600 metros.

### **3.3. Diagnóstico ambiental da Faixa de Estudo**

O diagnóstico ambiental conterà:

- Análise integrada dos componentes bióticos, físicos, sócio-econômicos;
- Levantamentos de dados realizados com base em fontes primárias, com auxílio de fontes secundárias.
- Metodologia adotada para realização do diagnóstico nos diferentes meios: físico, biótico (fauna e flora) e sócio-econômico;

- Informações cartográficas em escala compatível e adequada que permita a visualização do empreendimento com os detalhes necessários à análise de campo, os quais deverão ser apresentados em meio impresso e digital,
- Diagnóstico final que permita a identificação de fatores e áreas que poderão dificultar, restringir ou mesmo impedir a implantação do sistema de transmissão.

Os resultados destes levantamentos e estudos abrangerão os aspectos relacionados abaixo:

### **3.3.1. Meio Físico**

#### ***Clima e condições meteorológicas***

- Perfil do vento, temperatura, umidade do ar, o regime de chuvas são fatores determinantes nos dimensionamentos elétricos e mecânico da linha de transmissão e da subestação, devendo ser estabelecidas relações destes com as características do empreendimento.

#### ***Recursos Minerais***

- Levantamento das possíveis ocorrências de jazidas minerais e de áreas em exploração.

#### ***Geologia, Geomorfologia e Solos.***

- Avaliação da compartimentação topográfica, tipo de forma ou relevo e suas características dinâmicas: erosão, propensão à erosão, inclusive em decorrência da implantação do empreendimento, áreas inundáveis, propensão a assoreamento;
- As condições geotécnicas, principalmente nas fundações, deverão ser analisadas em função de sua compatibilidade com as características do empreendimento;
- Deverão ser estudadas, ainda, as possibilidades de alterações na paisagem regional;
- Identificação das áreas propostas para jazimento, caso necessário, indicando provável localização e material a ser retirado.

#### ***Recursos Hídricos***

- Deverão ser identificadas as nascentes e o uso das águas, principalmente quando esses estiverem na faixa de servidão da linha de transmissão.

Além dos tópicos acima citados, deverão ainda ser Informados os procedimentos relativos à geração e destinação dos resíduos e efluentes gerados durante a implantação do empreendimento.

### **3.3.2. Meio Biótico**

Deverão ser caracterizadas a flora e a fauna na área de influência do empreendimento, a distribuição e interferências na biota regional através de levantamentos de dados secundários referentes à, no máximo, o período de 2 anos anteriores ao interesse do licenciamento do empreendimento e, caso haja supressão de vegetação, ou o empreendimento situe-se em ecossistema de alta sensibilidade, deverão ser coletados dados primários. Todas as fontes de informação deverão ser identificadas, assim como todas as publicações relativas à ecologia da região.

A caracterização e análise dos ecossistemas deverão abordar:

- Identificação e mapeamento das fitofisionomias presentes, com base em imagens de satélite e fotografias aéreas; caracterização das propriedades e proprietários nas quais se localizam; altimetria; e, a área dos fragmentos florestais encontrados (em hectare) indicando seu estágio sucessional;
- Identificação das espécies de ocorrência na área diretamente afetada, indicando as endêmicas, raras, ameaçadas de extinção, de valor econômico (na alimentação e na medicina) e de interesse científico, com quantificação de ocorrências;
- Identificação dos diferentes estratos vegetais presentes;
- Estudo faunístico objetivando a caracterização da riqueza e abundância das populações faunísticas e suas respectivas distribuições espacial com especial atenção às espécies ameaçadas de extinção, raras e/ou endêmicas, migratórias e à seleção de bioindicadores;
- Apresentar tabela com a identificação das espécies encontradas (fauna e flora), com informações relativas à coleta de dados (se foi através de dado secundário ou primário e local de amostragem);
- O esforço amostral e a área amostrada devem ser indicados no estudo;
- Apresentar comparação entre os dados primários e secundários;
- Identificar impactos relativos ao processo de fragmentação de habitats para as espécies (principalmente da fauna) relatadas no estudo;
- Caso haja a necessidade de supressão de vegetação florestal em estágio médio ou avançado de preservação, indicar propostas de traçados alternativos, indicando prós e contras das proposições. Tais informações devem vir acompanhadas de mapas com escalas compatíveis para visualização da proposta atual e da alternativa;
- Caso haja a necessidade de supressão de vegetação florestal, prever a apresentação da autorização do órgão competente;



- Indicar se as espécies de fauna e flora verificadas no estudo ambiental encontram-se nas listas oficiais de espécies ameaçadas de extinção nacional e estadual, além de georeferenciar o local onde a espécie foi amostrada ou mesmo visualizada;
- Incluir a identificação de espécies exóticas no estudo das fitofisionomias e no estudo faunístico e comparar a listagem apresentada com a lista de espécies em extinção apresentada por legislação mais recente.

Os levantamentos de dados primários, especificamente, no diagnóstico da fauna, serão realizados mediante observações diretas em campo sem capturas a fim de salvaguarda-lás de quaisquer impactos. Entretanto serão envidados esforços para promover uma boa caracterização baseada em metodologias específicas tais como: procura ativa, pontos de observação, vestígios, entrevistas, entre outros, considerando inclusive, se necessário, maior período de amostragem.

### ***Plano de Recuperação de Áreas Degradadas***

- Anteriormente à implantação do empreendimento, deverá ser descrita a ocupação e o uso do solo nas alternativas de traçado da linha para cada torre;
- A escolha das espécies utilizadas para a execução do PRAD dependerá do uso investigado anteriormente na área;
- No caso da instalação de torres em áreas de fragmentos florestais, a revegetação deverá prever necessariamente a utilização de espécies nativas;
- No cronograma do PRAD deverá ser previsto o item monitoramento, com periodicidade semestral (conforme IN IEMA nº. 17/06) e envio de relatório descritivo e fotográfico com fotos em distância adequada de todas as torres e outros locais previstos para o PRAD.

### ***Áreas Protegidas***

- Identificação e mapeamento das áreas de preservação permanente, unidades de conservação e outras potenciais para a criação das mesmas, zona de amortecimento destas unidades de conservação, corredores ecológicos e demais áreas protegidas pela legislação. Caso haja necessidade de supressão de vegetação, indicar neste mapa possíveis áreas para a compensação desta supressão, com o reflorestamento equivalente ao dobro da área de vegetação suprimida;
- Se o empreendimento for localizado em um raio de 10 km (dez quilômetros) de unidade de conservação (mesmo que seja APA e/ou RPPN), deverá ser apresentada à autorização do órgão responsável pela administração da unidade de conservação, conforme preconiza a resolução CONAMA nº. 13/90;

- Relacionar a presença do empreendimento à categoria da unidade de conservação afetada e ao seu plano de manejo, se houver. Em caso negativo relacionar ao plano diretor municipal.

### **3.3.3. Meio Sócio-Econômico**

Deverá ser conduzida uma pesquisa socioeconômica, realizada de forma objetiva, a partir de dados secundários atualizados referentes à, no máximo, o tempo de 02 anos, bem como dados primários, coletados em campo, considerando a cultura e as especificidades locais, com descrição detalhada da metodologia utilizada para a coleta dos dados. Nesta pesquisa deverão constar os seguintes aspectos:

- Identificação e anuência dos proprietários localizados na AID do empreendimento e ações de acompanhamento de eventual remanejamento de população e remoção de benfeitorias; As condições de vida da população – habitação, saúde, educação, lazer, dentre outros;
- O uso e ocupação do solo – caracterização de áreas rurais, urbanas e de expansão urbana.
- Anuência dos proprietários para liberação da faixa de servidão e ações de acompanhamento de eventual remanejamento de população e remoção de benfeitorias;
- Diagnóstico da mão-de-obra existente nas AID e All: dados quantitativos; nível de qualificação e disponibilidade, conforme os empregos diretos e indiretos a serem gerados pelo empreendimento; ações referentes à desmobilização dos trabalhadores, considerando parceria com instituições públicas e privadas, a título de reaproveitamento da mão-de-obra local em outros empreendimentos.
- Identificação da mão-de-obra a ser empregada contendo dados quantitativos; nível de especialização; e, origem para as diversas etapas da obra;
- Os programas e projetos em desenvolvimento, existentes e planejados;
- Proximidades com assentamentos populacionais;
- Cruzamentos da LT com áreas de atividades agro-silvo-pastoris;
- Apresentação da anuência do IPHAN para os estudos arqueológicos realizados na área do empreendimento, conforme Portaria nº. 230/02. Será desconsiderado o envio das seguintes documentações: cópia da autorização para realização dos estudos, divulgada no Diário Oficial; relatórios da pesquisa arqueológica enviados ao IPHAN, bem como protocolo de submissão destes estudos ao IPHAN;
- Identificação de monumentos culturais.

Será desconsiderada a contextualização histórica da área de influência do empreendimento, observando-se o período descrito no primeiro parágrafo do presente tópico.

### **3.4. Análise e Tratamento dos dados**

A apresentação das alternativas de traçado e a escolha deverão ser plotadas em imagens de satélite, atualizadas, bem como em aerofotocartas, se disponíveis, e mapas de situação em escala compatível.

As informações coletadas deverão ser organizadas e georeferenciadas. A análise deverá buscar o entendimento das inter-relações entre os componentes ambientais. Como resultados deverão ser elaborados mapas temáticos, destacando-se os elementos/sistemas ambientais mais significativos dentro da faixa de estudo.

#### **3.4.1. Identificação das Áreas de Restrição à Implantação do Empreendimento**

A análise das informações ambientais deverá levar em conta a identificação de áreas dentro da faixa de estudo, em função da vulnerabilidade ou limitação que apresentem face à implantação do sistema de transmissão. Nesse sentido, deverão considerar-se os impactos potenciais associados a este tipo de empreendimento nas áreas legalmente protegidas, nas intersecções com remanescentes florestais, dentre outras. Essas áreas deverão ser classificadas em relação ao grau de restrição à implantação do empreendimento.

#### **3.4.2. Avaliação e Análise dos Impactos Ambientais**

Com base no diagnóstico ambiental, e considerando a inserção do empreendimento, deverão ser realizadas a caracterização e análise dos impactos significativos para o traçado selecionado.

A ponderação deverá ser apresentada considerando-se os impactos com e sem a adoção de medidas mitigadoras e/ou potencializadoras.

Desta forma deverão ser analisados os impactos da linha de transmissão e da subestação sobre o meio ambiente em suas fases de construção e operação. Tal avaliação deverá abranger os impactos benéficos e adversos em relação ao fator tempo determinando-se, na medida do possível, uma projeção dos impactos imediatos, a médio e longo prazo, temporários, permanentes e cíclicos, reversíveis e irreversíveis, locais e regionais.

Deverão ser levadas em consideração na elaboração deste prognóstico, as condições com e sem implantação do empreendimento, e no caso de desativação, esse estudo deverá apresentar proposição de medidas destinadas ao equacionamento dos impactos ambientais decorrentes do projeto.

A metodologia de identificação dos impactos e os critérios adotados para a interpretação deverão ser indicados, assim como a valoração, magnitude e a importância dos impactos, apresentando a síntese conclusiva dos impactos que poderão ocorrer nas fases de implantação, operação e desativação do empreendimento, acompanhadas de suas interações.

Na apresentação dos resultados, necessariamente deverão constar:

- A técnica de previsão de suas magnitudes;
- Os critérios adotados para interpretação e análise de suas alterações;
- Descrição detalhada dos impactos sobre cada fator ambiental relevante, considerando-se o diagnóstico ambiental;
- Síntese conclusiva dos impactos relevantes a serem ocasionados nas fases de implantação e operação acompanhada de suas interações.

### **3.4.3. Análise Integrada**

Após os diagnósticos de cada meio deverá ser elaborada uma síntese que caracterize a área de influência do empreendimento de forma global. A análise deverá conter a interação dos itens de maneira a caracterizar as principais inter-relações dos meios físico, biótico e sócio-econômico.

Deverá ser realizada uma análise das condições ambientais atuais e suas tendências evolutivas, explicitando as relações de dependência e/ou de sinergia entre os fatores ambientais anteriormente descritos, de forma a se compreender a estrutura e a dinâmica ambiental da região, contemplando futuros projetos de ocupação. Esta análise terá como objetivo fornecer conhecimentos capazes de embasar a identificação e a avaliação dos impactos decorrentes do empreendimento, bem como a qualidade ambiental futura da região.

As conclusões deverão ser concretizadas em cartas de qualidade ambiental para a área de influência do estudo, em escalas apropriadas.

### **3.4.4. Medidas Mitigadoras, Compensatórias e Programas de Controle.**

Com base na comparação do prognóstico, com e sem a implantação do empreendimento, e no caso de sua desativação deverão ser recomendadas ações que venham minimizar, maximizar, compensar ou eliminá-los. Tais medidas deverão ser implantadas visando tanto à recuperação quanto a conservação do meio ambiente, bem como os maiores aproveitamentos das novas condições a serem criadas pelo empreendimento. Essas medidas devem ser concretizadas em programas, os quais deverão conter cronograma com as etapas de execução.

Ressalta-se que estas medidas e programas deverão ser abordados, considerando-se:

- O componente ambiental afetado;

- A fase do empreendimento em que deverão ser implementados;
- Caráter preventivo ou corretivo e sua eficácia;
- O agente executor (poder público federal, estadual ou municipal, iniciativa privada), para a qual deverá ser especificada claramente a responsabilidade.

Na implementação das medidas e programas, em especial aquelas vinculadas ao meio sócio-econômico, deverá haver uma participação efetiva da comunidade diretamente afetada, bem como dos parceiros institucionais identificados, buscando-se, desta forma, a inserção regional do empreendimento. Quanto à metodologia aplicada para a comunicação com esses atores, deverá ser considerada a escolaridade e a cultura local.

#### **3.4.5. Equipe Técnica**

Deverá ser apresentada a equipe técnica responsável pela elaboração do Estudo Ambiental, indicando a área do profissional, número do registro no respectivo Conselho de Classe, assinatura e Anotação de Responsabilidade Técnica.

A empresa e a equipe técnica responsável pela elaboração dos estudos deverão estar cadastradas no “Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental” de pessoas físicas e jurídicas integrantes da referida equipe bem como o registro da empresa responsável pelos estudos, conforme determina a Resolução CONAMA no 01, de 16/03/88.

#### **3.4.6. Bibliografia**

Deverá constar toda a bibliografia consultada para a realização dos estudos, conforme ABNT.

#### **3.4.7. Glossário**

Deverá constar uma listagem dos termos técnicos utilizados no estudo.

#### **3.4.8. Orientações Gerais**

Todo documento deverá ser apresentado de forma legível.

Os relatórios descritivos periódicos deverão caracterizar-se da seguinte forma:

- Utilização de frente e verso na impressão dos documentos;
- Utilização, preferencialmente, de papel reciclado;
- Utilização de encadernação simples;
- Encadernação de documento apenas quando houver número de folhas igual ou superior a 15 (quinze);

- Não apresentação de informações já contidas em documentos anteriores, na vigência da mesma licença.
- Máximo aproveitamento de página, sem comprometer a qualidade do documento e compreensão do conteúdo descrito.

Os Relatórios Fotográficos deverão conter:

- Fotos representativas das áreas em foco;
- Fotos de pontos fixos com sequência cronológica, evitando-se repetição de imagens;
- Fotos em tamanho adequado;
- Boa qualidade de impressão.

#### **4. RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA**

O Relatório de Impacto Ambiental - RIMA refletirá as conclusões do Estudo de Impacto Ambiental - EIA. As informações técnicas devem ser nele expressas em linguagem acessível ao público geral, ilustradas por mapas em escalas adequadas, quadros, gráficos ou outras técnicas de comunicação visual, de modo que se possam entender claramente as possíveis consequências ambientais do projeto e de suas alternativas, comparando as vantagens e desvantagens de cada uma delas.

O Relatório de Impacto Ambiental - RIMA deverá conter, basicamente:

- Os objetivos e justificativas do projeto, sua relação e compatibilidade com as políticas setoriais, planos e programas governamentais, em desenvolvimento e/ou implementação;
- A descrição do projeto e suas alternativas tecnológicas e locacionais, especificando, para cada uma delas, na fase de construção e operação a área de influência, as matérias-primas e mão-de-obra, as fontes de energia, as emissões e resíduos, as perdas de energia, os empregos diretos e indiretos a serem gerados, a relação custo-benefício do ônus e benefícios sociais/ambientais do projeto e da área de influência;
- A síntese dos resultados dos estudos sobre o diagnóstico ambiental da área de influência do projeto;
- A descrição dos impactos ambientais analisados, considerando o projeto, as suas alternativas, os horizontes de tempo de incidência dos impactos e indicando os métodos, técnicas e critérios adotados para sua identificação, quantificação e interpretação;

- A caracterização da qualidade ambiental futura da área de influência, comparando as diferentes situações de adoção do projeto e de suas alternativas, bem como a hipótese de sua não realização;
- A descrição do efeito esperado das medidas mitigadoras previstas em relação aos impactos negativos, mencionando aqueles que não puderam ser evitados e o grau de alteração esperado;
- Programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos;
- Recomendação quanto à alternativa mais favorável (conclusões e comentários de ordem geral).

O RIMA deverá indicar a composição da equipe autora dos trabalhos, devendo conter, além do nome de cada profissional, seu título, número de registro na respectiva entidade de classe e indicação dos itens de sua responsabilidade técnica.

### **Orientações Gerais**

O relatório final de EIA (Estudo de Impacto Ambiental) deve ser emitido em meio físico, em duas (02) vias e também em dois (02) CD.

O RIMA (Relatório de Impacto Ambiental) deve ser emitido em meio físico, em seis (06) vias para distribuição nos órgãos públicos de referência e prefeitura do município.